

CORREIO NACIONAL

Ministério da Saúde



Estado de São Paulo contabiliza maioria dos casos

País já registrou 88 casos de Mpox neste ano

O Brasil registrou 88 casos confirmados do vírus Mpox, com a maioria sendo no estado de São Paulo, que desde janeiro contabiliza 62 casos. Os outros registros aparecem no Rio de Janeiro (15), em Rondônia (4), em Minas Gerais (3), no Rio Grande do Sul (2), no Paraná (1) e no Distrito Federal (1). Os quadros leves a moderados predominam e não há óbitos. Em 2025, foram registrados no país 1.079 casos e 2 óbitos. Os dados são do Ministério da Saúde.

Causada pelo vírus Monkeypox, a doença tem seu contágio por meio de contato pessoal próximo com lesões na pele, fluidos corporais, sangue ou mucosas de pessoas infectadas.

O sintoma comum é a erupção na pele

O sintoma mais comum da doença é a erupção na pele, semelhante a bolhas ou feridas, que pode durar de duas a quatro semanas.

O quadro pode incluir febre, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, apatia e gânglios inchados. A erupção cutânea pode afetar o rosto, as palmas das mãos, as solas dos pés, a virilha, as regiões genitais e/ou anal.

Arquivo MTE



Texto prevê aumento da fiscalização

Protocolo contra trabalho forçado

O Diário Oficial da União publica hoje (25) o Decreto nº 12.857/2026, que promulga o Protocolo de 2014 relativo à Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

O documento, aprovado por mais de 180 países em 2014, complementa a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e atualiza compromissos internacionais voltados à prevenção do trabalho forçado, à proteção das vítimas e ao fortalecimento de mecanismos de fiscalização e responsabilização.

Eventos climáticos extremos

O constante aumento da temperatura da superfície do Oceano Atlântico tem modificado o regime de chuvas no Brasil, contribuindo para a ocorrência de eventos climáticos extremos como as fortes chuvas que atingiram o litoral paulista e Minas Gerais. Segundo o meteorologista Marcelo Seluchi, do Cemaden, o aquecimento das águas do Atlântico fazem parte de uma tendência global.

Chacina do Tapanã I

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania informou o recebimento da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que reconheceu negligência do Estado brasileiro em relação ao caso da Chacina do Tapanã, ocorrida em Belém (PA), no ano de 1994.

Chacina do Tapanã II

O processo analisou o julgamento de 21 policiais por atos de tortura e execução dos jovens Max Cley Mendes, 17; Marciley Roseval Melo Mendes, 16; e de Luiz Fábio Coutinho da Silva, 18. A decisão responsabilizou parcialmente o país pela violação dos direitos à integridade pessoal, à proteção e garantias judiciais

Transparência I

O Ministério do Esporte lançou, na terça o Canal da Transparência e Integridade da pasta. A abertura foi conduzida pela secretária-executiva adjunta da pasta, Cynthia Mota, que destacou que o canal representa um avanço institucional no compromisso com a transparência e a boa governança.

Transparência II

Segundo ela, a transparência é um direito fundamental previsto na Constituição e condição essencial para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficaz e honesta. “O Canal da Transparência é uma ferramenta importante para que os cidadãos possam acompanhar as ações do Ministério”, disse.

Floresta+ I

Na última semana, o Projeto Floresta+ Amazônia, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, executada com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, começou a remunerar o maior lote de Pagamentos por Serviços Ambientais a agricultoras e agricultores aprovados.

Floresta+ I

Para a diretora de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios do MMA, Roberta Cantinho, com o Floresta+ a política pública avança e alcança quem está na linha de frente da conservação da Amazônia. “Com o PSA, o Governo Brasileiro reconhece o trabalho e o esforço das famílias”, enfatizou.



Oxfam mostra relação entre disputas e baixos índices sociais

O polo dos conflitos de territoriais no Brasil

Amazônia Legal concentrou 46,9% dos conflitos registrados

A Amazônia Legal concentrou quase metade (46,9%) dos conflitos no campo registrados em todo o Brasil no ano de 2023. De um total de 2.203 conflitos registrados, 1.034 ocorreram dentro desse território. Entre os estados, Pará e Maranhão aparecem como os principais focos da violência na comparação com os outros estados de todo o país.

A conclusão é do estudo Amazônia em Disputa: Conflitos Fundiários e Situação dos Defensores de Territórios, da Oxfam Brasil. A entidade analisou a relação entre disputas por terra, violência territorial e indicadores sociais na região. Com nove estados, a Amazônia Legal tem cerca de 5 milhões de quilômetros (km²), o equivalente a 58,9% do território nacional.

“Observa-se que a destruição de territórios e a violência física contra a população tem aumentado cada vez mais, afetando profundamente a cultura e a estrutura social daqueles que habitam a região, especialmente as comunidades tradicionais”, diz trecho do relatório.

A Oxfam acrescenta que “a perda de terras e recursos naturais compromete cosmovisões, práticas tradicionais e modos de vida, levando à desintegração cultural e perda de valores seculares e ancestrais”.

O estado do Pará, na região Norte, contabilizou o maior registro de conflitos entre 2014 e 2023, com 1.999 ocorrências. O segundo estado com maior regis-

tro de conflitos, no mesmo período, foi Maranhão, no Nordeste, com 1.926 ocorrências. A disputa pela terra nos dois estados está associada a situações como grilagem, desmatamento ilegal, garimpo, expansão do agronegócio e atuação de redes criminosas.

Dados de 2024 revelam que o Maranhão registrou 365 ocorrências, sendo o maior número da série recente, iniciada em 2019, o que demonstra a retomada crescente das disputas por terra no estado. Já o Pará teve 240 ocorrências registradas em 2024, e o maior número da série foi 253 ocorrências em 2020.

Foi identificada também uma relação direta entre a violência territorial e os baixos indicadores sociais nos municípios desses dois estados. Ao cruzar os dados de conflitos com o Índice de Progresso Social (IPS Brasil), o estudo identificou sobreposição entre alta incidência de disputas e baixo desempenho em necessidades humanas básicas, como saúde, saneamento, moradia e segurança.

Ainda no contexto dos conflitos por territórios na Amazônia Legal, a entidade destacou a ocorrência de violência sistemática contra defensores e defensoras de direitos humanos. As organizações Terra de Direitos e Justiça Global mapearam 25 assassinatos relacionados a conflitos por terra e meio ambiente no país em 2021 e 2022, o que, segundo a Oxfam, reforça a gravidade da situação.